

A ordem desunida

DESMENTIDOS DAS FALAS PRESIDENCIAIS TORNARAM-SE NORMA E O CONFLITO DE VISÕES SOBRE SOBERANIA EXPÕE CONTRADIÇÕES NAS FORÇAS ARMADAS

por CARLOS DRUMMOND

É pouco provável que o presidente Jair Bolsonaro tenha descartado por completo a utilização da tática militar de manipulação de informações dissonantes, base da política de comunicação bem-sucedida da sua campanha e notória operação militar para despistar o inimigo. Fermenta, porém, a percepção de que uma parcela crescente da conhecida sequência de declarações pouco depois desmentidas por subalternos, eventualmente seguidas de manifestações bombásticas no aplicativo Twitter, deve-se hoje mais às dificuldades de colocar em pé o programa de governo, em especial o plano econômico neoliberal radical.

Anúncios de medidas seguidos de marchas a ré parecem mais regra do que exceção e vêm ocorrendo até mesmo em situações corriqueiras, como a dos desdobramentos da sanção, pelo presidente eleito, da prorrogação dos benefícios do governo às regiões Norte e

Nordeste, defendida por governadores e empresários e aprovada no governo anterior sob protestos de Guedes e do seu atual chefe. Para compensar a respectiva perda de receita e manter o enquadramento na Lei da Responsabilidade Fiscal, Bolsonaro anunciou na sexta-feira 4 o aumento do IOF sobre operações de crédito externo, mas foi desmentido horas depois pelo secretário especial da Receita, Marcos Cintra, e ainda pelo ministro-chefe da Casa Civil, Onyx



O governo adora o modelo chileno de Previdência, um "monstro" segundo Uthoff

Lorenzoni. No mesmo dia, o presidente confirmou a redução da alíquota máxima do Imposto de Renda para pessoas físicas, de 27,5% para 25%, mas foi contestado mais uma vez pelo mesmo Cintra.

A reforma da Previdência, uma espécie de carta de crédito do sistema financeiro a Guedes, ziguezagueia entre afirmações conflitantes do presidente e de seus ministros, sinal das dificuldades previsíveis em formular uma alternativa palatável para o Congresso. "A declaração sobre idades mínimas para a Previdência provocou dúvidas que ninguém conseguiu explicar", criticou o site financeiro InfoMoney, referindo-se à proposta apresentada por Bolsonaro na quarta-feira 3, de idades mínimas para aposentadoria de 62 anos para homens e 57 para mulheres, em vez dos 65 anos para homens e 62 anos para mulheres do projeto encaminhado por Temer à Câmara. Quatro dias mais tarde, Guedes sugeriu a redução de 21 anos para 12 anos do período de vigência da chamada regra de transição, concebida para permitir que as pessoas



Ser desmentido todos os dias era tática de campanha, agora parece dificuldade mesmo

se aposentem antes da entrada em vigor das novas idades mínimas a serem definidas. Uma diminuição do período de validade da regra de transição dificultaria ainda mais, entretanto, a aprovação da reforma no Congresso, que requer os votos de ao menos 308 deputados em dois turnos na Câmara mais dois turnos no Senado. Mas, se a mudança da Previdência emperrar, Guedes tem um plano alternativo, anunciado em seu discurso de posse: “Desindexar, desvincular e desobrigar todo o orçamento federal”, que hoje tem mais de 90% dos gastos comprometidos com despesas obrigatórias.

O ministro não indicou, contudo, como obteria a aprovação muito mais difícil da desvinculação radical dos gastos por um Parlamento que não mostra disposição sequer para apoiar as reformas da Previdência cogitadas até o momento. A fórmula anunciada pelo governo na terça-feira 8 descarta a proposta presidencial e contempla as idades mínimas de aposentadoria de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres,

a redução do período de transição de 21 para 12 anos e a adoção do sistema de capitalização, ou seja, não parece conter novidade capaz de alterar o jogo em favor do governo. No sistema de capitalização, a aposentadoria depende unicamente da capacidade de poupança do trabalhador e do resultado da sua aplicação por fundos de investimento no mercado financeiro. Implantado no Chile, o modelo é elogiado por integrantes do governo brasileiro, mas é na prática “um desastre”, pois 80% dos aposentados recebem menos que o salário mínimo e

MULTIPLICAM-SE AS VERSÕES SOBRE A INSTALAÇÃO DE BASE DOS EUA, A VENDA DA EMBRAER, A PREVIDÊNCIA...

quase metade dos proventos está abaixo da linha da pobreza, segundo o professor da Faculdade de Economia e Negócios da Universidade de Chile Andras Uthoff.

O especialista considera o sistema de capitalização chileno “um monstro”, na medida em que o mercado financeiro passa a ter poder praticamente absoluto sobre os direitos sociais dos trabalhadores. Tampouco contribui com a reforma pretendida pelo governo esta declaração do ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva em entrevista ao jornal *Valor*: “As Forças Armadas são um seguro caro que toda nação forte tem de ter. Temos uma proteção para essas especificidades da carreira. Se o nome é reforma da Previdência, não estamos nela”. O recado é claro: os militares não aceitarão mudança no seu sistema de aposentadoria e é melhor o governo desistir de um plano abrangente. Imagina-se uma postura semelhante por parte dos integrantes do Judiciário e outras categorias de funcionários.



CAPA

A respeito dos temas privatizações e desnacionalizações, a linha de desestatização e internacionalização radicais defendida por Guedes está longe de contar com consenso no governo, em especial entre setores das Forças Armadas. As divergências geram pressões e contrapressões, é quanto indica a ressalva recente feita por Bolsonaro em relação à aquisição de 80% da Embraer pela Boeing. Em dezembro, o então candidato a presidente afirmara ser favorável àquela operação, mas após a cerimônia da posse do novo comandante da Aeronáutica na sexta-feira 4 se disse preocupado com a “proteção do patrimônio nacional”. A ressalva da ressalva coube ao ministro do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno, que na terça-feira 8 afirmou que o governo não considera a hipótese de interromper o acordo entre as fabricantes estadunidense e brasileira e que Brasília “está estudando” os termos acertados no fim do ano passado.

Não se sabe se a objeção de Bolsonaro à operação Boeing-Embraer foi influenciada pela Aeronáutica, mas há diferenças de visão em relação à soberania nacional no interior das Forças Armadas. Um exemplo é a justificativa apresentada no relatório técnico da Aeronáutica para a escolha de novos caças em 2015. A Força Aérea Brasileira defendeu a compra do modelo Gripen NG, da sueca Saab, em detrimento do caça francês Rafale, da fabricante Dassault, e do F-18 Superhornet, da Boeing, devido não só ao menor custo, mas ainda pela “garantia de participação da indústria nacional no processo de desenvolvimento tecnológico”. A Boeing não cogitou transferência de tecnologia na proposta de venda dos F-18, mas estaria agora a concluir uma operação vista por muitos como lesiva aos interesses do Brasil.

Ouvido na Câmara dos Deputados em meados do ano passado a respeito da transação, o então comandante da Aeronáutica, brigadeiro Nivaldo



A Aeronáutica teme riscos à produção do cargueiro militar KC-390 da Embraer, líder mundial de mercado

Rossato, declarou: “Tem que analisar essas situações. Não existe nada de concreto. Há estudos sendo feitos, mas estamos considerando muito essa questão de soberania”. A União detém na Embraer uma *golden share*, participação acionária especial que assegura ao governo poder decisivo sobre negócios estratégicos da companhia. Em outras palavras, a transação com a empresa estadunidense só será fechada se o governo der sinal verde. Uma das preocupações da Aeronáutica é com o risco de o acordo prejudicar a produção nacional do cargueiro militar



Heleno fez ressalva à ressalva de Bolsonaro à operação Boeing-Embraer

KC-390, da Embraer, o mais avançado do mundo e líder global de mercado no seu segmento.

Enquanto a Aeronáutica valoriza a soberania e a transferência ao País de tecnologia estrangeira avançada entendida como indispensável à sofisticação e ao aumento da competitividade da indústria nacional, o Exército, no seu conjunto ou em manifestações individuais de seus integrantes, parece adotar uma perspectiva diferente. Um exemplo é a posição do vice-presidente, general Hamilton Mourão, a respeito do acordo Boeing-Embraer, que considera “ótimo” para o Brasil, a ponto de ter proposto no ano passado um aval conjunto de Temer e do então candidato presidencial à operação. Em outra manifestação no mesmo rumo, o atual presidente da República não viu problema em oferecer aos Estados Unidos, na quinta-feira 3, a possibilidade de instalar uma base militar em solo brasileiro, iniciativa saudada com entusiasmo pelo secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, em entrevista ao *Estado de S. Paulo* publicada no domingo dia 6. Quarenta e oito horas após a manifestação de Pompeo, segundo noticiaram os jornais, Bolsonaro informou aos

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR



chefes das Forças Armadas que não haverá mais instalação de bases dos EUA durante seu governo. A causa do recuo seria a reação negativa à sua proposição por parte do Alto-Comando do Exército, que encarregou o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, de informar seu descontentamento ao presidente.

A pesar de rejeitar, ao que parece, a ideia de instalação de uma base militar estadunidense no Brasil, o Exército não viu problema em realizar em novembro passado manobras conjuntas com o Exército dos Estados Unidos em Tabatinga, no Amazonas. A operação foi encarada com a mesma naturalidade com que Bolsonaro bateu continência à bandeira dos EUA, em Miami, em 2017.

A aceitação ao que parece ampla da política e das exigências dos Estados Unidos por parcelas expressivas do Exército Brasileiro combina à perfeição com a proposta de abertura incondicional do mercado nacional às empresas e ao capital estrangeiros defendida pelo ministro Paulo Guedes e seus ex-colegas da escola ultraliberal de economia

“ESTAMOS CONSIDERANDO MUITO ESSA QUESTÃO DE SOBERANIA”, DISSE O BRIGADEIRO ROSSATO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS



da Universidade de Chicago integrantes do governo, a saber, os presidentes da Petrobras, Roberto Castello Branco, do BNDES, Joaquim Levy, e do Banco do Brasil, Rubem Novaes. No seu discurso de posse, Castello Branco reafirmou a orientação oficial de desmontar a estrutura da maior empresa do Brasil, na direção contrária ao que fazem as demais companhias petrolíferas globais, todas elas verticalizadas, e restringi-la à exploração. O novo presidente deu ênfase à privatização das refinarias controladas pela companhia, mas é importante destacar que essa estrutura e seus respectivos estoques são essenciais para diluir ao longo do tempo os repasses das variações em dólar da cotação internacional do petróleo aos preços internos dos derivados, incluídos a gasolina, o diesel e o gás de cozinha. Sem controlar as refinarias, é muito provável que a Petrobras precise recorrer a subsídios e tabelamentos para evitar dolarizações dos preços dos derivados semelhantes àquela praticada pelo ex-presidente da companhia, Pedro Parente, e motivo ao cabo de sua queda.

Os setores de petróleo e gás natural, pré-sal incluído, biocombustíveis, geologia, mineração e energia elétrica e nuclear, assim como a Petrobras e a Eletrobras, vinculam-se ao Ministério das Minas e Energia, assumido pelo almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Júnior. O novo ministro coordenou na Marinha o programa Prosub, de construção de quatro submarinos convencionais e um movido a energia nuclear em convênio com a empresa francesa Direction des Constructions Navales Services (DCNS), a única que aceitou transferir tecnologia na parte não relacionada à propulsão nuclear. A tecnologia do combustível nuclear, é importante registrar, é inteiramente nacional, até porque país algum a transferiria ao Brasil ou a qualquer outra nação por razões estratégicas e de soberania. Os submarinos são essenciais para a





A Marinha brasileira constrói submarinos como o Riachuelo em parceria com a francesa DCNS, a única que concordou em transferir tecnologia, como destacou esta revista em edição do ano passado

Marinha defender o pré-sal e demais riquezas submarinas do País.

Em entrevista a *CartaCapital* em outubro do ano passado, o futuro ministro explicou como a construção de submarinos se insere em um projeto de país: “Há várias inserções, inclusive naquilo que proporciona em termos de desenvolvimento relacionado a arrasto tecnológico e fomento industrial. O ponto primordial, entretanto, é que o programa de submarinos é essencial à defesa dos interesses do Brasil no mar, que são muito amplos, a começar pela zona econômica exclusiva de 4,5 milhões de quilômetros quadrados. Na verdade, ele transcende essa área, pois cerca de 95% do comércio brasileiro com o mundo é feito pelo mar, com Ásia, Europa, Estados Unidos e América do Sul. O submarino é uma arma por si só de dissuasão. E o submarino de propulsão nuclear proporciona ao poder naval uma dimensão ampla, de estar presente em qualquer lugar que se faça necessário. Isso garante ao País um poder de dissuasão muito grande daquilo que conflita com os seus interesses”.

**A ACEITAÇÃO,
AO QUE PARECE
AMPLA NO
EXÉRCITO, DOS
VALORES DOS EUA
COMBINA À
PERFEIÇÃO COM
A ABERTURA
INCONDICIONAL
DEFENDIDA
POR GUEDES**



O Prosub tem como foco a independência e autonomia dos processos de fabricação pela indústria brasileira. Engloba 104 subprojetos que constituem sistemas, equipamentos ou itens. A Marinha priorizou 64 desses subprojetos, levando em conta os aspectos estratégicos do conteúdo tecnológico a ser transferido à indústria nacional e as barreiras tecnológicas a serem suplantadas, entre outros pontos. Cerca de 200 empresas locais lideradas pela Odebrecht participam ou participaram do programa como fornecedoras. A construção de submarinos representa hoje o maior contrato daquela empreiteira, que, após quase quatro anos de interdição de contratos com o poder público em decorrência da Lava Jato, caiu do primeiro para o quarto lugar em volume de negócios com o governo. Segundo o preceito de abertura incondicional do mercado para empresas estrangeiras defendido pelo ministro Paulo Guedes, não faria sentido dar preferência às empresas nacionais nas encomendas do governo, embora esta política tenha sido essencial à evolução econômica dos países desenvolvidos e dos emergentes bem-sucedidos.

O processo de transferência de tecnologia “gera expressivo arrasto

MAURO PIMENTEL/AFIP, STEFAN KALM, SENIOR AIRMAN DESIREE N. PALACIOS



A garantia de participação da indústria nacional no processo de desenvolvimento tecnológico foi fundamental para a escolha do sueco Gripen NG

tecnológico no País”, segundo a Marinha, que se desdobra na nacionalização de sistemas e equipamentos, na pesquisa e desenvolvimento em parceria com universidades, envolve indústrias de alta tecnologia e o campo da medicina nuclear. Propicia ainda um incentivo expressivo dos setores de eletrônica, engenharia naval, computação (softwares), mecânicas de precisão e pesada, optrônica, mecatrônica, eletromecânica, metalúrgica, química e nuclear.

Além do pré-sal, ao longo dos 7,4 mil

quilômetros de extensão da costa brasileira há um imenso patrimônio de recursos minerais e de biodiversidade na chamada Amazônia Azul, com 4,5 milhões de quilômetros quadrados no Oceano Atlântico, o equivalente a mais da metade da superfície do País. Nesses domínios protegidos pela Marinha foram identificados mais de 150 minerais com valor econômico, inclusive ouro, diamante e matéria-prima para a fabricação de *chips* e condutores de telecomunicação. As jazidas de carvão duplicam

as reservas nacionais. A produção de cem plataformas de petróleo corresponde a mais de 90% do total nacional.

A descoberta do pré-sal catalisou investimentos também para as primeiras concessões de exploração mineral marinha. A grande biodiversidade contém potencial econômico voltado para as áreas farmacêutica e cosmética. A Marinha monitora ainda o 1,23 milhão de hectares das unidades de conservação em recifes e manguezais para proteger os respectivos ecossistemas.

A busca de acordos com cláusula de transferência de tecnologia está ligada, conforme se constata no exemplo da Marinha, a um projeto de nação e evidencia a importância e a atualidade da formulação por Celso Furtado do conceito de centro de decisão econômica no País, que expressa “a capacidade de uma sociedade de ter domínio sobre as atividades industriais, técnicas e processos produtivos associados, que condicionam a dinâmica do crescimento e da expansão da economia, de modo que se encontre em condições de ter controle sobre o próprio desenvolvimento econômico”, conforme resumiu Renato Saraiva, em trabalho apresentado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. •



O Exército não viu problema em fazer exercícios militares conjuntos com os EUA na Amazônia

